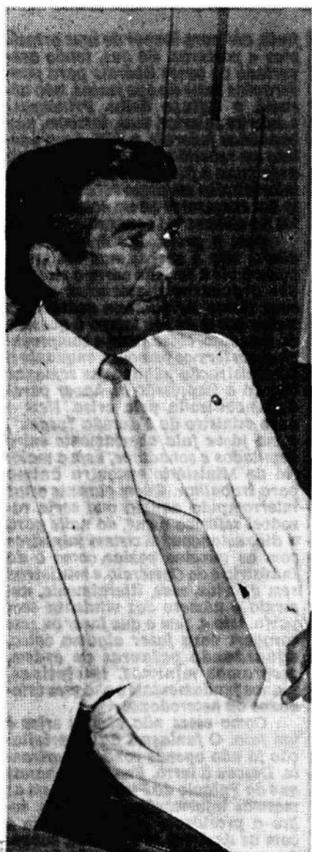


# Rebelados vão denunciar Ulysses hoje

## Tasso acha Brasília insensível e alienada



Mendes Ribeiro

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Expedito Machado (CE) deverá ler hoje da tribuna da Constituinte documento assinado por mais de cem parlamentares peemedebistas contra a centralização das decisões do partido pelo presidente Ulysses Guimarães e seu pequeno grupo de conselheiros. O manifesto critica também o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e a radicalização de certos setores do partido para a esquerda, ao mesmo tempo em que reafirma o apoio ao presidente José Sarney.

Um dos líderes do grupo independente, o deputado Mendes Ribeiro (RS), denunciou ontem o patrilhamento que tem sofrido por parte dos "ulyssistas". Como exemplo, citou o fato de estar inscrito para falar ontem da tribuna, mas não foi chamado pelo presidente em exercício da Mesa, Humberto Souto. Na lista de inscrição, o nome de Mendes Ribeiro estava sublinhado. Ele reclamou e acabou tendo o direito de se pronunciar.

Mendes Ribeiro criticou então a decisão de Ulysses de aceitar a convocação da bancada para debater sobre o mandato presidencial e o regime de governo. E lembrou que o dirigente peemedebista não reuniu a bancada antes, quando precisava indicar os relatores e presidentes das comissões e subcomissões da Constituinte. O deputado gaúcho frisou ainda que Ulysses Guimarães não tem condições de discutir o mandato de Sarney porque ele próprio não sabe qual o seu como presidente da Constituinte, que pode decidir a qualquer momento pela autodissolução.

O PMDB lutou 20 anos contra a ditadura e não pode agora suportar o autoritarismo exercido por Ulysses Guimarães e seus conselheiros íntimos, disse Mendes Ribeiro. Em sua opinião, o partido está sendo afastado de sua posição natural de centro-esquerda para a esquerda radical, o que contraria a disposição da maioria de seus integrantes. O documento do grupo independente é curto e afirmativo e, segundo informou Mendes

Ribeiro, o movimento iniciado pelos coordenadores das bancadas estaduais tem recebido adesões frequentes dos demais parlamentares.

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, informou ontem que o manifesto anti-Ulysses Guimarães poderá ser divulgado após a reunião da Comissão Executiva Nacional do PMDB, hoje de manhã. Mas, segundo ele, o documento não fará referência direta ao nome do presidente partidário, enfatizando apenas que o grupo centrista não quer que as decisões sejam adotadas sem uma consulta prévia.

Sant'Anna disse também que o episódio Tasso Jereissati — vetado pelo PMDB para ministro — será objeto do manifesto, que já conta com o apoio de alguns governadores, entre os quais Newton Cardoso. De acordo com o líder governista, o deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, está trabalhando contra a divulgação do documento, sob a alegação de que isso afetará a harmonia partidária.

RODOLFO SPÍNOLA

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, disse ontem estar seriamente preocupado com a insensibilidade do que chama de "inossos homens públicos de Brasília". Segundo Jereissati, "esses homens públicos estão gravitando noutra esfera, noutra país, bem distantes da realidade dura do Brasil, onde todos os Estados, quase sem exceções, estão praticamente falidos. Está havendo crise de brasilidade, de interesse em resolver os nossos graves problemas internos. Está faltando espírito público nos nossos homens de Brasília, que brigam entre si para garantir seus interesses pessoais. Os interesses gerais da Nação estão em segundo plano, porque só vemos discussões gerais em Brasília por cargos, por tempo de duração do mandato do presidente da República".

Tasso afirmou que o momento é grave para ficarmos restritos a essas discussões: "Precisamos esquecer tais assuntos e nos concentrar na busca de soluções para superarmos as dificuldades econômicas e a realidade de cada Estado".

O governador defende a imediata definição do mandato do presidente, para que "se acabe de vez com esse quadro de instabilidade no País. Essa definição é fundamental porque existem 90 candidatos à sucessão do presidente Sarney dentro do PMDB, PFL, PT e PDT. Então, cada um joga dentro de sua perspectiva própria, cuja consequência logo aparece: a intransigência total".

Até que ponto existe insatisfação de deputados moderados e de governadores com relação à cúpula do partido?

Eu acho que é muito semelhante ao distanciamento que nós, governadores, sentimos das decisões e das cúpulas. Coincide também com o

que os deputados estão apregoando neste momento, essa distância. Eu, particularmente, acho que vivemos algumas irrealidades de diferença para isso. Nós, governadores do Nordeste, na última reunião em Natal, resolvemos chamar e convocar uma reunião de todas as bancadas para que possamos, daqui para frente, falar a mesma linguagem e começarmos a atuar em conjunto.

Governador, essa rebelião dos coordenadores de bancadas não contribui para ampliar a intransigência no País?

Não, não creio que ocorra isto. Eu entendo que a posição dos coordenadores também é de afiliação em razão da indefinição política. O que é que o PMDB quer do País? O que é que o PMDB é? O que ele quer com o País? Qual é o mandato do presidente? Quantas pessoas falam pelo PMDB? São essas definições que estão sendo pedidas pelos coordenadores das bancadas, para que a gente possa começar a governar com certa tranquilidade.

Eleições diretas já poderia ser uma alternativa para solucionar os problemas do País?

Eleições diretas agora seria uma loucura. Uma grande loucura. Não tem o menor sentido falarmos de eleições diretas agora. É desnecessário para o País. Precisamos, sim, fortalecer politicamente o presidente da República, porque a travessia de um regime militar forte para uma democracia é dolorosa. Precisamos unir esforços para garantirmos sustentação política ao presidente Sarney e não ficarmos discutindo coisas menos sérias para o País. A Constituinte está aí para definir tudo isso. Eu, pessoalmente, defendo a tese de que o mandato do presidente Sarney seja o mesmo a ser definido para os próximos presidentes.

(Fortaleza/Ag. Estado)

## Decisões por conta da bancada

A reunião da bancada do PMDB na Assembleia Constituinte dos deputados e senadores (mais de 300 parlamentares) poderá substituir, de imediato, a convocação da convenção nacional extraordinária do partido, para discutir, entre outros temas, o sistema de governo e a duração do mandato presidencial — de Sarney e de seus sucessores.

Esta poderá ser a fórmula pela qual a Comissão Executiva Nacional do PMDB optaria em sua reunião desta manhã, para evitar duas etapas capazes de retardar qualquer posição partidária — audiência do diretor nacional e reunião da convenção nacional. A reunião conjunta das bancadas do PMDB na Constituinte foi admitida, ontem, por líderes e dirigentes do partido.

A proposta de reunir os deputados e senadores da Constituinte deverá ser feita na Comissão Executiva pelos líderes Fernando Henrique, do Senado, e Luiz Henrique, da Câmara,

como emenda substitutiva ao parecer Mauro Benevides, às propostas de convocar a Convenção Nacional do senador José Fogaça (RS).

Além da proposta de Fogaça, há outras na pauta da reunião da Comissão Executiva, a partir das 10 horas de hoje: do ministro Dante Oliveira, de se realizar plebiscito interestadual sobre a duração do mandato presidencial; de promover reunião em Brasília, dos governadores eleitos pelo PMDB; de promover também, em Brasília, reunião dos presidentes dos diretórios regionais do partido; de promover campanha nacional sobre sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo.

As reuniões seriam, todas elas, para definir posição partidária sobre questões político-institucionais e problemas sócio-econômicos. Alguns líderes entendem que uma reunião conjunta das bancadas do partido na Constituinte, convocada pelo líder

Mário Covas, seria mais conveniente, prática e objetiva.

Se aprovada a reunião das bancadas do PMDB na Constituinte, tem-se como certo que a convocação de convenção nacional extraordinária poderia ser sustada — ou definida para final de junho ou início de julho. Na bancada do PMDB na Câmara, porém, há movimento para a convocação da convenção nacional nos primeiros dias de junho, o que dificilmente ocorreria.

ELEIÇÃO DIRETA

A Executiva do PMDB vai aprovar hoje a convocação de uma convenção nacional do partido, a ser realizada até o dia 15 de junho, para examinar a proposta do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) de eleição direta de presidente da República em 88. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, em reunião ontem com os líderes, antecipou sua posição favorável à convocação da convenção.

## Guerra de resistência

EXPEDITO MACHADO

No dia em que deixou o cargo de editor-chefe do grande jornal americano *The New York Times*, Abe Rosenthal escreveu um artigo, no qual, entre outras lições fundamentais, transmitiu aquela de que o verdadeiro democrata não deve transigir nunca, quando está em jogo a liberdade. Ceder um milímetro, deixar que algum inimigo da liberdade ocupe um espaço, fazendo qualquer tipo de proibição, é, segundo escreveu o jornalista, deixar que o perigoso vírus do totalitarismo avance. E preciso resistir, ele insistiu.

O primado da liberdade é o fundamental. E liberdade quer dizer participação, decisão colegiada, a escolha da maioria, mas sem que esta maioria imponha à minoria a restrição de ela mesma, minoria, não poder se transformar, depois, em maioria. Quer dizer, liberdade também é a possibilidade de rodízio no poder, ou seja de a minoria vir a se transformar em maioria, por decisão soberana do eleitorado. Por isso tudo, assumo hoje juntamente com um grupo de companheiros a condição de contestador do regime monárquico e cortês que se está impondo sobre o meu partido, o PMDB. Quem acredita na liberdade como princípio e na participação como meio não pode aceitar que as decisões sejam tomadas por grupos isolados das bases do partido, que usam sua sigla como capa protetora, ou máscara cínica.

Por não transigir na questão da participação, não posso aceitar, de bom grado, que, depois do exílio, da cassação e de temporada longa de retiro da política, eu também, junto com os companheiros de base do partido, seja excluído dos processos de decisão de um partido, que ganhou a credibilidade da população justamente no combate à ditadura. Se o partido tem uma sede, por que as decisões são tomadas à distância, em reuniões fechadas? Se o partido tem uma bancada, eleta pelo povo, por que decisões importantes são resolvidas ouvindo-se apenas políticos cujo único mandato é a amizade pessoal ao "grande chefe"?

Junto com Ulysses Guimarães, militei no PSD e no MDB. Como seu antigo companheiro, conheço as virtudes de seu caráter e respeito o significado político de seu nome, construído nas lutas mais duras contra o autoritarismo. Sou o primeiro a reconhecer que o prezado companheiro de São Paulo, consagrado por votação espetacular, merece todas as honras que o regime democrático lhe destina. Isso, contudo, não lhe dá o direito de atropelar as decisões colegiadas nem de resolver sozinho, como um ditador ou um coronel nordestino, os destinos do partido majoritário de um regime que pretende construir a democracia.

Também no PSD e no MDB, militei com Tancredo Neves e quero resgatar o compromisso que este grande companheiro assumiu com o povo brasileiro no dia em que aceitou comandar o processo de restauração da democracia, após duas décadas de arbítrio. A democracia começa em casa, ou seja, dentro do partido. Se as decisões internas do PMDB não são transparentes, como será possível que o partido construa um regime de claras, livre dos entulhos do autoritarismo? A luta por um regime político em que se garanta a liberdade individual e a justiça social e por uma administração descentralizada exige uma atitude firme contra qualquer tentativa de um homem ou um grupo assumir o poder em nome de todos, consultando apenas alguns poucos. Esta é a nossa guerra.

Expedito Machado é constituinte do PMDB do Ceará

## Delfim mostra "contramão da História"

Estatizar, criar reservas de mercado, limitar jornadas de trabalho de 40 horas e dar estabilidade no emprego é estar na contramão da História. Mas há muita gente no Congresso Constituinte que está na contramão da História. Quem reconhece isso é um constituinte e também um homem acusado de ter participado no processo de estatização do Brasil, o ex-ministro Delfim Netto. Ao comentar a notícia de que a linha ultradesquerdista estatizante está ganhando as primeiras batalhas na Constituinte, Delfim Netto comentou: "A tendência do mundo desenvolvido é desestatizar".

A proposta do deputado federal, eleito pelo PDS, não é de privatizar a economia brasileira, mas de deixar a opção aberta para que decida sobre ela a própria sociedade. "Não se pode deixar de reconhecer que o Estado é um importante fator produtivo, mas não podemos ter ilusões. Os economistas descobriram os defeitos do mercado e pensaram que o Estado poderia corrigi-los. Foram ingênuos

quando imaginaram o Estado como um tirano esclarecido, um ditador benevolente, com duas características importantes, a onisciência e a onipotência. Hoje, na Constituinte, sinto que muita gente ainda partilha dessa esperança, que era comum nos anos 50, mas não está mais na ordem do dia. Na verdade, esta ideia do Estado Providencial está na contramão da História", disse ele.

Na qualidade de professor de Economia, Delfim disse que "os economistas já aprenderam que o Estado não é ditador benevolente, nem é onisciente. Frequentemente os métodos usados para corrigir as falhas do mercado introduzem falhas ainda maiores. Mas como o governo pensa que as falhas são do mercado, elas servem para estatizar ainda mais. O governo, a cada falha própria, exige participação maior e reduz os graus de liberdade da sociedade civil. Como as falhas são grandes e crescentes, a tendência é a estatização aumentar até chegarmos ao Estado absoluto, onde, por definição, aquelas propriedades se beneficiariam. Mas a

História recente mostrou que, quando o Estado é absoluto, está longe de ser benevolente e onisciente, ficando apenas onipotente. Para evitar isso é preciso permitir que a Nação procure seus caminhos para a realização de uma economia razoavelmente eficaz dentro de um regime de razoável liberdade".

Como ninguém sabe como combinar liberdade com igualdade, Delfim propõe que os vários métodos e caminhos sejam testados. "Logo ninguém deveria pensar em impor privatização ou estatização. O que deve ser imposto, isso sim, é a propriedade privada dos bens de produção, garantia única da possibilidade de se desenvolver com liberdade."

Para Delfim, o trabalhador tem, como garantias, a organização sindical livre, o seguro desemprego bem estruturado e formas semelhantes ao nosso Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, não a pura e simples estabilidade no emprego. Segundo o deputado do PDS de São Paulo, a estabilidade tem mostrado dois inconve-

nientes graves: "tira do trabalhador a disposição de procurar suas convicções porque lhe dá angústia mudar de emprego e ele esclerosou nas empresas. Isso não beneficia o trabalhador. O sistema não desenvolve as ações que, de fato, podem melhorar a situação do trabalhador, dando-lhe igualdade de oportunidades e permitindo-lhe procurar as atividades mais condizentes com sua própria condição".

Delfim acha que "o PMDB insiste na estabilidade no emprego porque é a forma mais fácil de enganar o trabalhador. Para os trabalhadores não vai aumentar o número de empregos, porque no dia em que a estabilidade, fruto desse altruísmo amador, for concedida, o patrimônio líquido das empresas será reduzido a pó pelo passivo trabalhista. Ninguém vai beneficiar-se disso e os trabalhadores terão dificuldades de encontrar, nessa medida retrógrada e demagógica, garantias. Na realidade, é mais uma medida para impedir a plena realização do capitalismo no País".



Delfim Netto

## Relator propõe regime parlamentarista

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Implantação do regime parlamentarista com eleição direta do presidente da República, em dois turnos, para mandato de quatro anos, a partir de 15 de novembro de 1988, é uma das propostas contidas no relatório do senador José Fogaça sobre a organização do Poder Executivo. No regime classificado pelo relator de "neo-parlamentarismo", os ministros serão aprovados pelo Congresso e o presidente poderá dissolver o Parlamento, sendo esta uma das características do que poderá ser o perfil da futura Constituição, a partir dos relatórios das subcomissões. Várias adiaram a divulgação de seus pareceres para hoje.

No novo regime proposto, o presidente da República terá competência para nomear o primeiro-ministro e o Conselho de Ministros, mediante consulta aos partidos e submetidos os nomes à aprovação do Congresso. Caso haja rejeição de dois nomes indicados para primeiro-ministro, o presidente da República pode dissolver a Câmara, mas haverá mecanismos constitucionais que facilitarão o diálogo e o consenso, a fim de evitar nomeações por interesse político ou pessoal. Nova eleição da Câmara ocorrerá no prazo de 60 dias. O orçamento também será da competência do presidente da República e outra inovação será a aprovação, pelo Senado, dos ministros do STF, TCU.

O relatório do senador José Fogaça baseou-se em mais de 200 sugestões havendo maior consenso sobre a eleição direta para a Presidência da República e a implantação de um regime que proporcione estabilidade política, recaindo a escolha sobre o parlamentarismo, apesar da tradição histórica favorável ao presidencialismo. O regime previsto no relatório propõe a criação do Conselho da República, formado pelo presidente e seu vice, primeiro-ministro, presidentes da Câmara, Senado e líderes da maioria e minoria, mais seis representantes da sociedade, e funcionará como órgão consultivo para decisões de Estado, como a dissolução da Câmara. O regime proposto, nos termos do relatório, será adaptado aos governos estaduais mas o detalhamento será definido pela Comissão de Organização dos Estados.

Na área econômica a Subcomissão do Sistema Financeiro propôs a limitação constitucional dos juros ao limite máximo de 12% e redução drástica dos poderes do Conselho Monetário Nacional, ou ainda a cria-

ção de oito novos Estados, e a criação de uma comissão especial para estudar a redivisão territorial do País. A Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira sugeriu a divisão da receita do País de maneira diretamente proporcional à população das macroregiões geográficas e inversamente proporcional à renda, a fim de que os repasses sejam maiores para os Estados mais pobres.

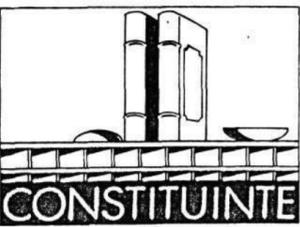
Os pareceres dos relatores se basearam em estudo de quase dez mil propostas apresentadas pelos constituintes, as mais variadas, como a desativação das usinas nucleares de Angra dos Reis e proibição da construção de outras, além da estatização dos serviços de saúde, proibição da propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas. Há ainda sugestões para que os municípios sejam regidos por cartas próprias e, no âmbito do Legislativo, o fortalecimento das comissões técnicas, que passariam a ter mais importância do que os trabalhos do plenário. Um dos temas mais polêmicos, o papel dos militares de acordo com a Constituição recebeu 240 sugestões, a maioria de origem conservadora e destinada a manter o atual sistema.

POLÍTICA

O sistema neo-parlamentarista, sugerido pela Subcomissão do Poder Executivo, também foi o ponto de vista usado pelo relator da Subcomissão do Poder Legislativo, deputado José Jorge (PFL-PE), que ampliou o poder das comissões técnicas permanentes. Elas deverão ser responsáveis pela aprovação ou rejeição de propostas de lei do governo ou de parlamentares, assegurado sempre o direito de recorrer a plenário. Nesse sistema, tal como no relatório do senador José Fogaça, caberá ao Senado Federal a aprovação da indicação dos ministros do Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, membros dos tribunais superiores, presidentes e diretores do Banco Central e do procurador-geral da República. Cria a proposta do Conselho da República (formado pelo presidente da República e o vice, o primeiro-ministro, os presidentes da Câmara e Senado e os líderes da maioria e da minoria) e as ações dos momentos de crise política, e o Conselho Constitucional, de nove membros, para examinar a constitucionalidade de atos do governo, do Parlamento ou dos Ministérios. Fica criada, ainda, a Comissão de Transição, incumbida de fazer a mudança do sistema presidencialista para o neo-parlamentarista.

Uma proposta mais radical foi apresentada pelo relator da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, deputado Francisco Rossi (PTB-SP): ele quer diretas para presidente 90 dias após a promulgação da nova Constituição, juntamente com a renovação do Senado e da Câmara dos Deputados, todos para mandato de quatro anos (permitindo-se a reeleição para o presidente da República). O relator sugere, ainda, a adoção do sistema distrital misto para deputados federais e estaduais.

Na Subcomissão do Poder Legislativo está decretado o fim do decreto-lei, podendo o presidente da República, quando houver necessidade premente, mandar mensagem ao Conselho Nacional pedindo delegação para baixar leis extraordinárias sobre assunto determinado. Com o fim do decreto-lei, o relator José Jorge alterou a sistemática do curso de prazo, que passa a ser usado para rejeitar matéria do governo (quando este pedir urgência de votação), no



caso de o projeto não ser votado, e não como hoje (a não votação aprova a matéria).

O Brasil poderá ter mais oito novos Estados, se for aprovado na redação final da nova Constituição o parecer do deputado Siqueira Campos (PDC-GO), relator da Subcomissão dos Estados: ele sugere a criação de seis Estados e a elevação a Estado dos Territórios de Roraima e Amapá. Os novos Estados seriam o de Tocantins (Goiás), Santa Cruz (Bahia), Maranhão do Sul (Maranhão), Triângulo (Minas Gerais), Tapajós (Pará) e Jurudi (Amazonas).

O relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Soberania e da sua Segurança, deputado Ricardo Flúza (PFL-PE) mantém o papel das Forças Armadas como responsáveis pela segurança externa e interna do País. No caso de segurança interna, ressalva o relator, as Forças Armadas têm de ser chamadas a agir pelo presidente da República, depois de ouvido o Congresso Nacional, diante de

fato grave e no prazo de 24 horas. No caso de o Congresso Nacional estar em recesso, a convocação será feita pelo presidente da República e o pronunciamento parlamentar se fará no prazo máximo de 72 horas. Permanece o serviço militar obrigatório, que será ampliado para as mulheres e para os membros de seitas religiosas pacifistas que atualmente não prestam esse serviço.

O deputado Aloísio Chaves (PFL-PA), relator da Subcomissão dos Municípios e Regiões, sugeriu no seu parecer que os municípios deverão ter uma Constituição própria e não mais ser regidos por uma lei orgânica. O município também deverá ser o responsável pelos seus tributos e se beneficiar dos impostos sobre imóveis.

A completa autonomia do Distrito Federal, que já elegeu em 1986 três senadores e oito deputados federais, foi garantida pelo relator da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), no seu parecer. Dessa forma, Brasília poderá eleger diretamente o seu governador e escolher os deputados distritais que compõem a Assembleia Legislativa do Distrito Federal. No mesmo parecer, Seixas sugere a elevação dos Territórios do Amapá e Roraima à categoria de Estados.

Mais de 80% das 1.394 propostas recebidas pela Subcomissão dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos defenderam praticamente os mesmos pontos: direito irrestrito à greve, liberdade e autonomia sindicais, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas de trabalho, proibição de locação de mão-de-obra, aposentadoria aos 25 anos para a mulher e aos 30 para o homem (e menos nos trabalhos perigosos e insalubres), obrigatoriedade de concurso para ingresso no serviço público e definição do salário mínimo "capaz de atender efetivamente às necessidades do trabalhador".

ECONOMIA

Limitação constitucional dos juros a um limite máximo de 12%, redução drástica dos poderes do Conselho Monetário Nacional, que passariam para comissão específica do Congresso, transformado no único poder com capacidade para legislar sobre o sistema financeiro, tributos e política monetária, limitação dos poderes do Banco Central e autoridade monetária e fiscalizadora do sistema, proibindo-o de emitir títulos de dívida pública (o fim das LBCs). Estas são algumas das propostas apresentadas pelo relator da Subcomissão do

Sistema Financeiro (PMDB-SP), que defende, ainda, o fim das cartas patentes para abertura de bancos e o funcionamento misto — com instituições privadas e estatais — do sistema, num regime de livre concorrência, que, a seu ver, fará com que o Banco do Brasil retome 30% do mercado financeiro do País.

O anteprojeto apresentado por Gasparian exige a aprovação do Congresso Nacional para o orçamento e para a emissão de moeda e de títulos públicos, sendo que estes passariam à responsabilidade da Secretaria do Tesouro da União, sem interferência do Banco Central, que não poderia efetuar operações de compra e venda de títulos públicos, papel reservado ao Banco do Brasil, se transformado no mecanismo financeiro do governo.

O anteprojeto de regulamentação constitucional dos planos de desenvolvimento e orçamento e sua fiscalização, apresentado pelo relator desta subcomissão, o deputado José Luís Maia (PDS-PI), propõe que a receita do País seja dividida de forma diretamente proporcional à população das macroregiões geográficas e inversamente proporcional à renda, ou seja, os Estados mais populosos e mais pobres terão um repasse de tributos muito maior do que têm hoje, sob a justificativa de se reduzir as desigualdades sociais e regionais. Seriam ainda extintos os fundos contábeis e administrativos mantidos pelo governo, como o FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento).

Se aprovada essa proposta, o Nordeste ficaria com 31,97% das receitas da União, enquanto a região Sudeste, na qual se inclui São Paulo, ficaria com 25,64%. Isso significa, ainda pelo modelo proposto, que 1% da população, na região Sul, teria uma participação de 0,96% das receitas públicas, proporção que no Sudeste baixaria ainda mais, para 0,81%, subindo, em relação ao Norte, para 2,47% e no Nordeste para 1,1%.

O novo sistema tributário proposto pelo relator da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas da Constituinte, deputado Fernando Bezerra Coelho, prevê o fim dos privilégios de parlamentares, militares e juizes e isenção à microempresa, ao lado de uma descentralização na cobrança e aplicação de tributos, aumentando a participação dos Estados e Municípios, ao mesmo tempo em que extingue o Finsocial, classificado de imposto disfarçado.